



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Avenida Loureiro da Silva, nº 515, - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90.010-420
- <http://www.incra.gov.br>

CONTRATO Nº 828/2020

Processo nº 54000.066743/2020-23

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - SR-11/RS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº RS/0006/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E A EMPRESA RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA.

O **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**, através da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Av. Loureiro da Silva, 515, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.375.972/0013-02, este ato representado pelo sua SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTA DO INCRA do Rio Grande do Sul, Sra. **RAQUEL MAY CHULA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG n.º [REDAZIDO], CPF [REDAZIDO], Residente na [REDAZIDO], Cep 90420-000, no uso da competência que lhe foi conferida pela PORTARIA/INCRA nº 1.762 19/08/2019 publicada no DOU de 23/08/2019, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 26.162.488/0001-47, sediado(a) na Rua João Ribeiro dos Reis, 489, Centro - Teixeira Soares/PR, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **RAUL SOPKO JÚNIOR**, portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], expedida pela (o) SSP/PR, e CPF nº [REDAZIDO], tendo em vista o que consta no Processo nº 54000.066743/2020-23 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão 0003/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2 Projetos de assentamento incluídos no objeto:

ITEM	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	LOTES	VALOR	TOTAL
1	CANDIOTA	ESTÂNCIA DO FUNDO	85	R\$ 45.600,00	

7	PINHEIRO MACHADO	FIGUEIRA	19	R\$ 9.900,00
8	PINHEIRO MACHADO	PINHEIRO MACHADO	25	R\$ 16.470,00
10	PINHEIRO MACHADO	SANTA INÁCIA	18	R\$ 12.330,00
13	CANGUÇU	SALSO	19	R\$ 9.800,00
15	CANGUÇU	ARROIO DAS PEDRAS	49	R\$ 24.400,00
16	CANGUÇU	PITANGUEIRAS	23	R\$ 11.990,00
17	CANGUÇU	QUIKUO	11	R\$ 5.900,00
18	CANGUÇU	PALMEIRAS/PERSEVERANTES NA LUTA	21	R\$ 11.300,00
20	SANTANA DO LIVRAMENTO	SANTO ÂNGELO	17	R\$ 8.500,00
21	SANTANA DO LIVRAMENTO	BOM SERÁ	26	R\$ 14.100,00
24	SANTANA DO LIVRAMENTO	RECANTO	23	R\$ 12.600,00
25	SANTANA DO LIVRAMENTO	FRUTINHAS	20	R\$ 10.750,00
26	SANTANA DO LIVRAMENTO	POSTO NOVO	21	R\$ 11.170,00
28	SANTANA DO LIVRAMENTO	CAPIVARA	26	R\$ 13.260,00
32	SANTANA DO LIVRAMENTO	BANHADO GRANDE II	11	R\$ 6.020,00
34	SANTANA DO LIVRAMENTO	31 DE MARÇO	12	R\$ 6.740,00
36	BOSSOROCA	PRIMAVERA	82	R\$ 39.200,00
38	GIRUÁ	GIRUA I	9	R\$ 4.920,00
39	GIRUÁ	GIRUA II	12	R\$ 6.320,00
40	GIRUÁ	GIRUA III	12	R\$ 6.170,00
41	SAO BORJA	SÃO MARCOS	17	R\$ 8.840,00
42	SAO BORJA	CAMBUCHIM	30	R\$ 14.730,00
43	SÃO LUIZ GONZAGA	XIMBOCU	8	R\$ 4.190,00
44	SÃO LUIZ GONZAGA	SÃO SEBASTIÃO	50	R\$ 23.470,00

R\$ 338.670,00

1.3 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, em razão de o objeto estar contemplado no Plano Orçamentário 0009 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, do Programa 1040 – Governança Fundiária, do Plano Plurianual 2020 - 2023, conforme art. 57, I da Lei de Licitações.

2.2 A execução dos serviços será iniciada em **20/04/2021**, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

2.3 O prazo de execução deste contrato é de **18 meses**, contados a partir do marco supra referido.

2.4 A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de **R\$ 338.670,00 (trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e setenta reais)**.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

- **Gestão/Unidade: 37201/373072**
- **Fonte: determinada por Brasília**
- **PTRES: 186008**
- **PI: D211A000903**
- **Programa de Trabalho: 1040-Governança Fundiária**
- **Plano Orçamentário: 211A - Consolidação de Assentamentos Rurais**
- **Empenho: 2020NE800279**

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo deste contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3 Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 É eleito o Foro da Subseção de Porto Alegre da Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas.

Porto Alegre - RS, abril de 2021

(Assinado eletronicamente)

RAQUEL MAY CHULA
Superintendente Regional Substituta
Incra/RS

RAUL SOPKO JÚNIOR
Representante da Contratada
RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA



Documento assinado eletronicamente por **Raquel May Chula, Superintendente Substituto**, em 12/04/2021, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7932580** e o código CRC **FE50C094**.